

Ascensão seria um acordo

A nomeação do deputado Benedito Domingos (PP-DF) para relatar a cassação dos nomes mais ilustres da CPI do Orçamento gerou apreensão em toda a Câmara. Ninguém entendeu porque Benedito, parlamentar sem nenhuma experiência como advogado e ligado a um dos envolvidos no escândalo, o governador Joaquim Roriz, foi escolhido pelo presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputado José Dutra (PMDB-AM), para relatar o caso dos deputados Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) e Ricardo Fiúza (PFL-PE), além do processo do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP). Alguns parlamentares apostam em um acordo entre o governador Joaquim Roriz e Dutra. Em troca do apoio do PP do Amazonas à candidatura de Dutra ao Senado, Roriz teria ficado, através de um político de sua confiança, com a relatoria dos prin-

cipais processos, apagando a imagem de envolvido e fortalecendo a candidatura de um sucessor ao seu cargo, o próprio Benedito.

Dutra se defende, afirmando que escolheu Benedito, baseado em três critérios: não pertence ao partido nem é do mesmo estado dos acusados e comparece, com frequência, às reuniões da comissão. O presidente da CCJ teria pouco interesse em receber o apoio do outro candidato ao Senado pelo Amazonas, o ex-ministro da Justiça, Bernardo Cabral.

Habéis — Alguns membros da CCJ observam que é necessário um parlamentar com experiência em tribunais para relatar processo de cassação de mandato de parlamentares como Ibsen e Fiúza. "Ele vai ter que enfrentar advogados muito habéis, que farão muitas manobras para atrapalhar o processo", analisa um parlamentar. Na CCJ, Benedito, parlamentar em primeiro mandato, tem tido atuação discreta e nunca é escolhido para relatar projetos de lei polêmicos.

Ao tomar conhecimento da

reação contrária ao seu nome, Benedito apontou um culpado: o deputado Sigmaringa Seixas (PSDB-DF). Para Benedito, que integra a chamada "bancada evangélica" do Congresso, Sigmaringa move uma perseguição contra ele, pelo fato de ser aliado do governador, adversário político do "tucano" na política do DF. "Seria até grosseria da minha parte. Eu questionei os critérios de se agrupar três envolvidos com o mesmo relator, mas não coloquei em dúvida o nome de quem quer que seja".

A deputada Beth Azize (PDT-AM) criticou, também, a escolha de Dutra.

Muitos parlamentares acharam estranho o fato de membros da CCJ que são promotores — caso dos deputados Luís Máximo (PSDB-SP) e Hélio Bicudo (PT-SP) — terem sido escolhidos para relatar os processos mais fáceis. Máximo ficou com os deputados Aníbal Teixeira (PP-MG); João de Deus (PPR-RS) é o suplente Feres Nader (PTB-RJ) e Bicudo foi escolhido para relatar o processo de João Alves (sem partido BA), e de Daniel Silva (PPR-MA).